

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA  
NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP

*Pregão Eletrônico n. 033/2024*

*Processo Administrativo n. 00112-00008154/2024-95*

WM PAISAGISMO URBANISMO E COMÉRCIO LTDA., já devidamente qualificada na presente licitação, vem respeitosamente à presença de V. Sa. com a finalidade de apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Administrativo interposto por BIOVEOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA., o que faz na forma do item 8.1 do Edital de Licitação, com base nas razões de fato e de direito a seguir expostas.

## 1 TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, estas contrarrazões são tempestivas. De acordo com o Edital de Licitação, o prazo para contrarrazões ao recurso é de 3 dias úteis, contados do término do prazo para apresentação das razões recursais. A interposição se deu na quinta-feira, 16/01/2025. Dessa forma, o prazo de resposta ao recurso se iniciou em 17/01/2025, sexta-feira, findando em apenas em 21/01/2025, terça-feira, data até a qual estas contrarrazões serão tempestivas.

## 2 SÍNTESE E MÉRITO

Em breve síntese, trata-se de pregão cujo objeto era descrito pelo edital da seguinte forma: “Contratação de empresa(s) especializada(s) na manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas públicas, para a operacionalização dos serviços de podas, supressão, remoção de árvores



mortas e caídas, destocamento, limpeza do local das intervenções, trituração, recolhimento e transporte dos resíduos de origem vegetal oriundos da operação para o Viveiro de Plantas Ornamentais II do Departamento de Parques e Jardins – DPJ, ou outro local determinado pela direção da Companhia, com a disponibilização de mão de obra, equipamentos e materiais necessários ao manejo da arborização urbana do Distrito Federal – DF., de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Edital e seus anexos”.

O recurso a que se responde trata especificamente da tentativa de reverter a declaração de vitória da recorrida WM Paisagismo no Lote 04 da disputa, relativo às regiões administrativas de Planaltina, Sobradinho I e II, Fercal e Arapoanga.

Nesse diapasão, os argumentos da recorrente são os seguintes:

1. Ausência de Comprovação do Índice de Endividamento Financeiro (EF): De acordo com a recorrente, o subitem 7.3.1.5.2 do edital exige a apresentação do índice de endividamento financeiro (EF) devidamente assinado pelo representante legal da empresa e por profissional de contabilidade habilitado. Como a WM apresentou apenas os outros índices financeiros (liquidez geral, solvência e liquidez corrente), mas deixou de apresentar o índice específico de endividamento financeiro, teria contrariado as exigências editalícias;
2. Ausência de Comprovação da Capacidade Técnica para Destocamento em Área Urbana: segundo o recurso, o subitem 7.3.1.18.1 requer que a empresa e o responsável técnico comprovem, por meio de Atestados de Capacidade Técnica (CAT), a execução de serviços de destocamento compatíveis com o Termo de Referência (ou seja, em áreas urbanas públicas). Contudo, o responsável técnico da WM, Eng. Wallas Marques Santos,

apresentou CAT referente a atividades desse tipo desempenhadas unicamente em área rural, sem comprovação de destocamento em ambiente urbano. Além disso, a empresa também não teria comprovado capacidade técnico-operacional específica para destocamento em áreas urbanas, conforme exigido no subitem 11.4.2 do Termo de Referência, pelo que a ausência dessa comprovação colocaria em dúvida a aptidão técnica para execução do objeto licitado, que exige conhecimento específico em manejo urbano;

3. Incompatibilidade na Apresentação da Planilha de Encargos Sociais:

A planilha apresentada pela empresa WM teria sido destinada a trabalhadores mensalistas, enquanto o edital exige planilhas compatíveis com o regime de contratação horista. A empresa foi notificada pela área técnica da NOVACAP para corrigir a planilha em 24 horas, mas, segundo a recorrente, não houve comprovação da entrega ou disponibilização do documento no prazo estipulado, o que desrespeita o edital e prejudica a análise de regularidade da proposta.

Veremos, no entanto, que o recurso não comporta provimento, dado que não há vício na comprovação de qualificação econômico-financeira da recorrida; ademais, a sua qualificação técnica está demonstrada nos exatos termos do edital e a resposta à diligência foi realizada a tempo e a modo. É o que se passa a demonstrar.

2.1 Da qualificação econômico-financeira da recorrida

Não há mácula alguma na comprovação da qualificação econômica da recorrida. Em verdade, a recorrente confunde um critério de mensuração da condição da empresa (baseado nas informações que constam do balanço patrimonial) com

uma exigência documental, inventando regras que o edital não traz.

Vejamos. Os documentos exigidos das empresas para comprovação de sua boa qualificação econômica eram os seguintes:

- a) Declaração de inexistência de fatos impeditivos (subitem 7.3.1.1);
- b) CNDT (subitem 7.3.1.2);
- c) Declaração de não emprego de menores (subitem 7.3.1.3);
- d) Declaração de ME/EPP, nos casos aplicáveis (subitem 7.3.1.4);
- e) Balanço patrimonial (subitem 7.3.1.5).

Esses eram os documentos. **Nada além disso.**

Os pontos integrantes do subitem 7.3.1.5 continham, por sua vez, os critérios de exame do **balanço patrimonial** para permitir identificar se a saúde financeira da empresa era boa. É nesse sentido que deve ser interpretado o subitem 7.3.1.5.2, que fala na avaliação do Índice de Endividamento Financeiro (EF) nestes termos:

7.3.1.5.2 A boa situação financeira da sociedade empresária será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral  $\geq 1$ , Solvência Geral  $\geq 1$ , Liquidez corrente  $\geq 1$ , Endividamento Geral  $\leq 80\%$  (oitenta por cento) e Endividamento Financeiro  $\leq 1$ , resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral (LG)

$ILG = (\text{ATIVO CIRC} + \text{ATIVO NÃO CIRC}) / (\text{PASSIVO CIRC} + \text{PASSIVO NÃO CIRC})$

Índice de Solvência Geral (SG)

$ISG = \text{ATIVO TOTAL} / (\text{PASSIVO CIRC} + \text{PASSIVO NÃO CIRC})$

Índice de Liquidez Corrente (LC)

$ILC = \text{ATIVO CIRCULANTE} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$

Índice de Endividamento Geral (EG)

$EG = (\text{DÍVIDA TOTAL} / \text{ATIVO TOTAL}) \times 100$

Índice de Endividamento Financeiro (EF)

$EF = \text{DÍVIDA BRUTA (DE CURTO E LONGO PRAZO)} / \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}$

O Edital não pede nenhum documento específico de Endividamento Financeiro com a assinatura de quem quer que seja, *já que o EF é facilmente extraído pela aplicação de uma fórmula matemática simples com base nas informações JÁ constantes do balanço patrimonial.* É esse balanço – que foi apresentado a tempo e a modo pela recorrida, cumprindo todas as exigências legais, entregue para a RFB por sistema próprio e com as assinaturas exigidas em lei – que



WM | paisagismo

permitiu que a NOVACAP aplicasse o critério de julgamento alusivo ao EF e verificasse que a WM cumpre as condições prescritas pelo edital para se habilitar.

No caso em apreço, o seu índice é de 0,17, inferior ao 1,00 previsto no subitem 7.3.1.5.2, e extraído da divisão da dívida bruta (R\$ 3.415.542,00) pelo patrimônio líquido (R\$ 20.135.957,00). Inquestionável, assim, a qualificação econômica da WM.

Por tais razões, impõe-se o desprovidimento do recurso interposto.

## 2.2 Da experiência prévia e da exigência quanto ao destocamento

No segundo tópico do seu recurso, a recorrente debate longamente a sua visão a respeito do que seriam serviços compatíveis com o objeto do edital. Tenta fazer crer que apenas se houvesse a comprovação específica de realização de “destocamento” em área urbana estaria comprovada a similaridade entre a experiência prévia da recorrida e o objeto licitado, o que, inexistindo, recomendaria a sua inabilitação por incapacidade técnica.

Antes de desmentir o falso argumento, é bom que voltemos ao edital. Há dois dispositivos muito relevantes que foram aparentemente esquecidos pela recorrente e que devem orientar a interpretação do tema, que são os subitens 11.4.2.2 e 11.4.3 do Termo de Referência, *verbis*:

11.4.2.2. A empresa licitante deverá comprovar Acervo Técnico de 50% do quantitativo total anual dos serviços de poda e comprovar Acervo Técnico de 50% do quantitativo total anual dos serviços de supressão, tendo em vistas serem os serviços de maior relevância do objeto licitado, comprovando a experiência de execução de atividades compatíveis com as características dos serviços do objeto a ser contratado, conforme quantitativo indicado na tabela abaixo.

(...)





11.4.3. Considerando a necessidade de que a empresa contratada tenha conhecimento técnico na execução dos serviços de destocamento e **considerando que este serviço NÃO É a atividade de maior relevância** será apenas exigido que a empresa Proponente comprove **já ter executado, a qualquer tempo, sem destinação ou quantidade** o serviço de destocamento. (grifo e destaques nossos).

O que o edital pede é (a) a comprovação quantitativa relativa à **poda** e à **supressão** (que são considerados os serviços mais relevantes da licitação), e (b) quanto ao destocamento, apenas que comprove já ter realizado **algum tipo de atividade dessa espécie**, em qualquer local, em qualquer quantidade.

Assim está previsto, porque o serviço de destocamento **não é parte das parcelas ou atividades de maior relevância**, que são aquelas que, pela lei e pela jurisprudência dos Tribunais de Contas, são exigidas em termos de demonstração de qualificação técnica dos licitantes para fins de habilitação.

Veja que o art. 58, inc. II, da Lei n. 13.303/2016, indica que “a habilitação será apreciada exclusivamente a partir dos seguintes parâmetros: (...) II - qualificação técnica, **restrita a parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes**, de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa no instrumento convocatório” (grifo nosso). E o TCU, em sua Súmula n. 263, assim preceitua:

SÚMULA TCU 263: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que **limitada**, simultaneamente, **às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado**, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado. (grifo nosso).

Ou seja, reconhecendo que o destocamento é um serviço de menor impacto (já que representa menos de 4% do valor da contratação, limite para que se considere um elemento relevante a ponto de justificar a experiência prévia, em consonância com o § 1º do art. 67 da Lei n. 14.133/2021), a NOVACAP não fez



demandas específicas a seu respeito. Pediu, repetimos, apenas que a empresa e o seu responsável técnico demonstrassem já ter feito destocamento em algum lugar e em qualquer momento, sem demandas adicionais.

O que o recurso tenta, nessa linha, é inventar uma exigência que não está – e nem poderia estar – no edital ou em seu termo de referência.

O que o edital pede, diga-se novamente, é a comprovação da manutenção de indivíduos arbóreos localizados em áreas urbanas. Essa “manutenção” tem como suas expressões mais relevantes os serviços de poda e supressão, e foi devidamente comprovada pelos inúmeros atestados apresentados pela WM (alguns dos quais emitidos pela própria NOVACAP). Não há, porém, a exigência de que essa manutenção envolva “destocamento em área urbana”, dado que se trata de serviço residual, que não entrará como produtividade a ser atingida pela meta mensal (item 7.3 do termo de referência), e que será demandando apenas quando houver necessidade específica e pontual (item 7.47 do termo de referência).

Na sequência, a recorrente tenta invalidar as CAT apresentadas pelo responsável técnico da WM, Eng. Wallas Marques, porque referentes a obras anteriores ao seu cadastro como RT da empresa junto ao CREA.

Aqui há duas confusões: (a) tenta-se exigir do responsável técnico uma qualificação que só é exigida da empresa; e (b) confunde-se a qualificação técnico-profissional com a qualificação técnico-operacional.

Em primeiro lugar, veja-se que a atividade do destocamento está no subitem 11.4.3 do termo de referência, que trata do que se exige da empresa licitante. O instrumento é claro a esse respeito, indicando que se está pedindo a prova “considerando a necessidade de que a empresa contratada tenha conhecimento técnico na execução dos serviços de destocamento (...)” (grifo nosso).



Assim, se o RT da WM não tivesse qualquer experiência em destocamento de indivíduos arbóreos, tal não faria a menor diferença na habilitação da recorrida, porque não era a sua experiência profissional quem deveria trazer tal acervo.

Em segundo lugar, o argumento de que o Eng. Wallas Marques, por não pertencer ao quadro da WM quando da emissão das CAT, não poderia usar a sua experiência profissional para fins de habilitação é estapafúrdio.

Ora, em licitações desse tipo, trata-se de duas experiências prévias complementares: as CAT pertencem ao Responsável Técnico e comprovam o elemento pessoal da qualificação técnica (a qualificação técnico-profissional), e os atestados pertencem à empresa e comprovam o elemento empresarial da qualificação técnica (a qualificação técnico-operacional).

A própria Lei n. 14.133/2021, no art. 67, adota essa cisão entre o âmbito pessoal e o corporativo da qualificação técnica, o que foi reproduzido pelo edital de licitação (que segrega as duas exigências nos itens 11.4.1 e 11.4.2 do termo de referência). E, nesse diapasão, é evidente que não se exige que a qualificação técnico-profissional válida seja apenas aquela realizada pelo profissional a partir do momento em passa a estar ligado à empresa licitante, já que o seu acervo técnico o acompanha para toda a sua vida profissional e é prova da experiência que acumulou.

Nessa linha, veja o que está previsto na Resolução n. 1.137/2023, do CONFEA:

Art. 45. O acervo técnico-profissional é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no Crea por meio de anotações de responsabilidade técnica. (grifo nosso).

Para que se conte como capacidade técnico-profissional, não se exige que o profissional esteja ligado à empresa licitante, já que, repetimos, tudo o que já tiver executado em sua via profissional faz parte do seu acervo e, portanto, pode ser usado para comprovação de capacidade técnico-profissional.





Já a capacidade técnico-operacional, a seu turno, é aquela que se relaciona com o que a empresa, como organização, já tiver realizado, nos termos do art. 46 da Resolução n. 1.137/2023 do CONFEA:

Art. 46. **O acervo operacional de pessoas jurídicas é o conjunto das atividades desenvolvidas pela empresa**, a partir do registro no Crea, por meio das anotações de responsabilidade técnica comprovadamente emitidas por profissional pertencente ao quadro técnico ou contratado para aquelas atividades. (grifo nosso)

Assim, não vale a tentativa de afastar as CAT que comprovam a experiência do RT da WM, Eng. Wallas Marques, já que a sua apresentação visa atender ao item 11.4.1 do termo de referência (qualificação técnico-**profissional**).

Insiste o recurso, na sequência, em desqualificar a experiência prévia da WM, voltando a tratar do destocamento, dizendo que o atestado por ela apresentado seria alusivo apenas à remoção da camada superficial do solo (*topsoil*), sem comprovação de destocamento de indivíduos arbóreos com os aqui tratados.

Neste passo, a recorrente evidentemente nem se deu ao trabalho de ler o atestado que critica (Atestado de Capacidade Técnica n. 36/2004-SEAPE/SUAG/COORF/DIRCC). Se o tivesse feito, teria percebido que há menção expressa ao destocamento de 12.388 indivíduos arbóreos. Confira-se:

• Serviços executados:			
Item	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Unidade	Quantidade
1	Sanear as pendências apresentadas nos processos instaurados junto ao IBRAM para obtenção de licenças ambientais necessárias à supressão vegetal;	n/a	1
2	Ajustar o Inventário Florestal e o Plano de Supressão Vegetal para a área que será utilizada na primeira etapa da construção da Penitenciária III do Distrito Federal - PDF III, considerando as áreas que não foram contempladas no inventário e plano de supressão inicial;	n/a	1
3	Executar a supressão de acordo com o Plano de Supressão Vegetal ajustado;	Hectare	15
4	Remover e destinar o topsoil da área a ser suprimida de acordo com disposto nos estudos ambientais considerando a destoca de 12.388 indivíduos arbóreos.	Hectare	15
5	Ajustar e executar o Programa de Afugentamento e Resgate de Fauna Terrestre;	Campanha	2
6	Ajustar e executar o Programa de Monitoramento de Fauna Terrestre; (em andamento)	Campanha	14

Lembre-se, para que não passe despercebido: a única prova que o edital exigia, em relação ao **destocamento**, era de que a empresa já tivesse realizado o



serviço, sem demandas específicas de quantidade ou local, dado que não se trata de parcela representativa e relevante economicamente para o certame. Assim, o atestado da SEAPE/DF cumpre perfeitamente o fim a que se destina, não havendo qualquer fundamento na argumentação de mérito do recurso a que se responde.

Dessa forma, a experiência prévia demonstrada pela recorrida é mais do que suficiente para comprovar atendimento pleno às exigências do edital de licitação, impondo-se o desprovimento do recurso a que se responde.

### 2.3 Da apresentação da planilha de custos ajustada

Por fim, a Biovetor argui que não consta do processo o envio das correções das planilhas de composição de custos, algo para o que a recorrida teria sido intimada regularmente. O descumprimento, alega, deveria levar à sua desclassificação.

Bom precisar, para introduzir, que a recorrente não questiona a composição da planilha retificada encaminhada, já que, por óbvio, inexiste irregularidade de qualquer espécie no teor do documento. A inconformidade está dirigida apenas contra a suposta ausência da retificação, o que configuraria violação ao edital. Mas o argumento não pode ser sério. Um simples acesso ao sistema de licitações do Banco do Brasil (<[www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)>), ambiente virtual em que se está processando o certame, permite verificar que todos os documentos atualizados foram encaminhados pela recorrida, como se vê pela imagem a seguir:



WM paisagismo

www.licitacoes-...  
licitacoes-e.com.br

Download dos anexos da proposta

Licitação [nº 1055573]

Fornecedor [WM PAISAGISMO URBANISMO E COMERCIO LTDA]

Lista de anexos da proposta

10 resultados por página

Pesquisar

Data e Hora de inclusão	Nome do arquivo	Ação
13/01/2025 12:34:56	ENCARGOSSOCIAIS.ZIP	download
13/01/2025 12:34:31	ACORDOWMPAISAGISMO.ZIP	download
24/12/2024 12:20:26	PROPOSTA_LT05.ZIP	download
24/12/2024 12:20:16	PLANILHA_LOTE05.PDF.ZIP	download
24/12/2024 12:20:04	PLANILHA_LOTE05.ZIP	download
24/12/2024 12:19:51	PROPOSTA_LOTE04.ZIP	download
24/12/2024 12:19:42	PLANILHA_LOTE04_PDF.ZIP	download
24/12/2024 12:19:27	PLANILHA_LOTE04.ZIP	download
05/12/2024 12:57:27	LINK_PE0332024_ARREMATADA.ZIP	download

Mostrando de 1 até 9 de 9 registros

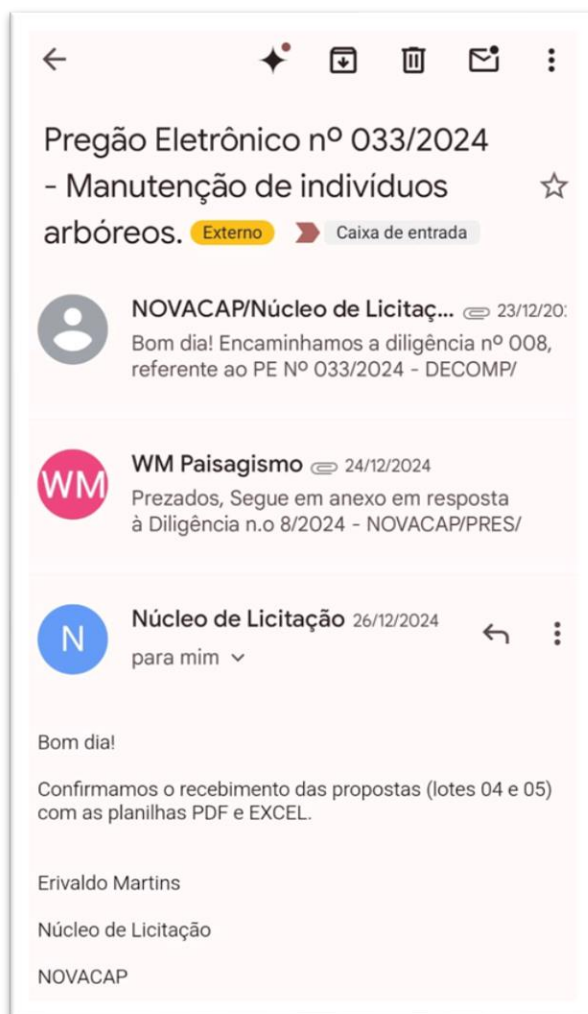
Primeiro Anterior | Próximo Último

A NOVACAP confirmou por e-mail o recebimento da documentação encaminhada como resposta à diligência empreendida de forma tempestiva. Veja-se:





WM | paisagismo



Por essas razões, comprovado o encaminhamento tempestivo dos documentos solicitados como resposta à diligência realizada pela entidade licitante, impõe-se o desprovisionamento do recurso.





**WM** | paisagismo  
**3 CONCLUSÃO**

Diante do exposto, pugna-se para que o recurso interposto pela BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. seja integralmente desprovido, mantendo-se a declaração de vitória da recorrida na licitação.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

Brasília-DF, 21 de janeiro de 2025

**WM PAISAGISMO, URBANISMO E COMÉRCIO LTDA**  
**CNPJ: 20.830.895/0001-07**  
**Wallas Marques Santos – R.G. 4.739.553 SSP/GO**  
**Representante Legal**

